



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1451344 - RS (2019/0043745-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A
ALESSANDRA FAGUNDES ATIENSE E OUTRO(S) - RS070188
GISELA VIEIRA LORENZONI - RS067350
AGRAVADO : GENTIL DAL PRA
ADVOGADO : CLAUDIA VASSIAN GALDINO E OUTRO(S) - RS072998

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS FIXADOS PELO JUÍZO RECUPERACIONAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA DEIXAR DE CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SOBRESTAMENTO DO FEITO.

1. Em decorrência do recebimento do pedido de recuperação judicial das sociedades empresárias que compõem o Grupo Oi, da qual a parte agravada

faz parte, bem como da determinação pelo juízo competente de sobrestamento das execuções promovidas contra elas, a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ofício-Circular nº. 004/2016- SECPRES, em que orienta que: “sejam suspensas todas as ações e recursos, execuções e atos tendentes à constrição de bens das recuperandas, que versem sobre o bloqueio ou penhora da quantia, ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes ou interfiram na posse de bens afetos à sua atividade empresarial.”

2. Recentemente foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576- 58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), em que esclarecidos os requisitos para a suspensão do processo, sendo agora possível a liberação de valores em alguns casos específicos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e, (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016.

3. No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença, foi efetuado bloqueio em conta corrente de titularidade da empresa de telefonia a título de garantia do juízo no valor de R\$ 47.240,57 em 13.02.2012 (e-fls. 106-107), com o que a parte executada-agravante opôs incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, o qual não pende mais de decisão definitiva, tendo transitado em julgado em 16.10.2012 (e-fls. 160).

Assim, não há óbice ao levantamento de valores. DESPROVIDO O AGRAVO DE INSTRUMENTO (e-STJ fls. 235-236).

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005.

Alega a impossibilidade de liberação de valores em favor da parte recorrida, tendo em vista que a liquidação definitiva do valor do crédito exequendo ocorreu apenas em 20.2.2018 (e-STJ fl. 258). Sustenta que, como o crédito se submete à

recuperação judicial, é necessária a sua habilitação nos respectivos autos. Aduz que compete apenas ao juízo da recuperação a disposição do patrimônio da recuperanda.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

No que tange à violação dos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005, o inconformismo não procede.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pelo preenchimento dos requisitos para liberação dos valores em favor da parte agravada, conforme determinado pelo juízo da recuperação judicial, com a seguinte fundamentação:

No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença, foi efetuado bloqueio em conta corrente de titularidade da empresa de telefonia a título de garantia do juízo no valor de R\$ 47.240,57 em 13.02.2012 (e-fls. 106-107), com o que a parte executada-agravante opôs incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, o qual não pende mais de decisão definitiva, tendo transitado em julgado em 16.10.2012 (e-fls. 160).

Assim, não há óbice ao levantamento de valores. (e-STJ fl. 241 g.n.)

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

No mesmo sentido: AREsp nº 1.446.413-RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, in DJ 22.04.2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 03.06.2019.

Ante o exposto, conheço do agravo para deixar de conhecer do recurso especial.

Advirta-se que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator